

# TRÊS NÍVEIS DE AÇÃO

CLAUDIO F. COSTA

*University of Rio Grande do Norte*

## Abstract

*In this paper arguments are developed in order to show that there are three basic levels of action: the levels of autonomous action, volitional action, and reasoned action. It is shown further that these distinctions have an evolutionary and neurophysiological basis, since they correspond respectively to the archipallium, the palleomammalium brain, and the neopallium.*

**Keywords:** *Neurophysiology, Theory of Action, Theory of Volition*

## Resumo

*Os argumentos, neste artigo, são desenvolvidos afim de mostrar que há três níveis básicos de ação: os níveis das ações atonomas, ação volitiva e ação racional. Além disso, é mostrado que estas distinções têm uma base evolucionária e neurofisiológica. Consequentemente, elas correspondem respectivamente ao archipallium, ao cérebro palleomammalium, e ao neopallium.*

**Palavras- chave:** *Neurofisiologia, Teoria da ação, teoria da evolução.*

Nesse artigo quero mostrar que existem três níveis mais fundamentais de ação, investigando também as relações estruturais e dinâmicas entre eles vigentes e, no final, confirmando essas considerações com bases na teoria do cérebro triuno: já que temos três cérebros, só pode haver mesmo três níveis de ação. Antes de começar, porém, quero fazer uma análise preliminar da natureza das ações em geral.

## 1. Ações físicas

O que caracteriza uma ação no sentido próprio e mais geral da palavra? Consideremos, como primeira aproximação, a idéia bastante óbvia de que elas envolvem movimentos corporais. Com efeito, quando realizamos ações como a de acenar com o braço, passear no parque, dirigir um carro, estamos realizando movimentos corporais. Mas podemos generalizar? Podemos tomar isso como uma característica necessária a toda e qualquer ação?

Uma primeira objeção poderia consistir em apontar para uma classe especial de ações que não envolve movimentos corporais. Trata-se dos assim chamados *atos mentais*, os quais são eventos mentais produzidos pela vontade, como calcular de cabeça ou compor uma canção. É fácil, porém, responder a essa objeção apontando para o fato de que nela está sendo considerado um sentido derivado, ainda que importante, da palavra ‘ação’, e não o sentido próprio e originário que pretendemos analisar, que é o de ações *físicas*.

Uma objeção mais pertinente consiste em observar que há ações físicas, as assim chamadas *ações negativas*, que não envolvem movimentos corporais, mas a cessação deles. Esse é o caso quando uma pessoa decide parar de respirar por um minuto, ou se fazer de estátua, ou passar o dia

deitada. Contudo, é fácil contornar essa objeção sugerindo que uma ação precisa envolver minimamente movimentos corporais (e) ou a sua sustação.

Não obstante, a sugestão de que qualquer ação envolve minimamente movimentos corporais ou a sua sustação também pode revelar-se restritiva quando nos lembramos que ações de órgãos internos, como o bater do coração, os movimentos peristálticos, a contração do baço, não envolvem movimentos corporais no sentido usual da palavra. Com efeito, é indiferente para tais ações se o corpo do ser vivo se movimenta ou se fica parado. Uma resposta consiste em se entender por corpo qualquer corpo material visível, o que permite a inclusão de órgãos internos. Mas o que dizer, por exemplo, da ação do camaleão de mudar de cor? Aqui não há nenhum movimento corporal ou a sua sustação.

Uma outra resposta consiste na sugestão de que aquilo que em termos físicos se encontra essencialmente envolvido nas ações são *contrações (e) ou relaxamentos musculares (e) ou, em alguns casos, a manutenção de um mesmo tônus muscular*. Essa condição se aplica a todos os casos até agora considerados, inclusive o da ação do camaleão de mudar de cor, pois ela é explicada pela existência de diversas camadas de células com pigmentações diferentes, que se contraem ou não, permitindo ou não que a luz se reflita na camada seguinte. Apenas casos limítrofes, como a ação de certos peixes de formar um campo elétrico em torno de si, que é produzida por células nervosas ou musculares transformadas, se tornam difíceis de serem acomodados a idéia de que um elemento indispensável à ação é a contração/relaxamento (...) muscular. Seja como for, há uma perspectiva segundo a qual o movimento corporal pode ser visto como um sintoma superficial e imediatamente identificável daquele elemento criterial último, que são as contrações/relaxamentos musculares<sup>1</sup>.

Parece, pois, que a ocorrência de contrações/relaxamentos musculares (geralmente conduzindo a movimentos corporais) é uma condição necessária às ações em geral, ao menos no sentido próprio da palavra. É claro que alguém ainda poderia nos lembrar de ações como a do robô apertador de parafusos, do vírus que se instala no computador para destruir os seus programas, das intempéries esculpindo as rochas, objetando então que nem o robô, nem o vírus, nem as intempéries possuem músculos. Mas essa seria uma objeção insensata, posto que todos esses são sentidos adventícios ou metafóricos da palavra ‘ação’.

Mesmo que a ocorrência de contrações/relaxamentos musculares seja uma condição necessária para a ação, ela não é suficiente. Ações são algo mais do que simples contrações musculares ou movimentos corporais. Um tique nervoso é uma contração muscular, mas não dizemos que é uma ação. Uma crise epiléptica é uma seqüência de espasmos musculares, mas não dizemos que ela é uma seqüência de ações, uma atividade. Por conseguinte, ações são contrações/relaxamentos musculares e mais alguma coisa. “O que resta”, perguntou Wittgenstein, “quando subtraio o movimento de meu braço do fato de eu tê-lo erguido?”<sup>2</sup> Deve ser esse resto o que transforma a contração ou relaxamento muscular em ação.

Obviamente, o que primeiro nos vem à mente quando consideramos esse resto são estados ou eventos mentais como desejos, crenças, intenções e decisões, que de algum modo produzem os

movimentos musculares e corporais. Contudo, ao assim pensarmos temos em mente as ações humanas cotidianas, esquecendo-nos de que o conceito de ação tem um domínio de aplicação bem mais vasto. Considere ações como a do verme de subir até o duodeno, ou da aranha de construir a sua teia, ou do camaleão de mudar de cor. Considere o caso de ações reflexas, como o fechamento da mão dos bebês quando algum objeto é colocado dentro delas (reflexo de apreensão), ou ainda as já mencionadas ações de órgãos internos, como a do coração de bombear o sangue, os movimentos peristálticos, a contração do baço, o fechamento do piloro... Tudo isso é chamado de ação, envolvendo contrações/relaxamentos musculares, mas não envolvendo nenhum elemento mental. Ora, a questão é: o que torna essas contrações/relaxamentos musculares diferentes de simples espasmos, tiques, crises epiléticas, ou do “ato” de roncar, que não podem ser legitimamente chamados de ações? A resposta a essa questão nos conduzirá à investigação de um primeiro nível de ação.

## 2. Ações autônomas

Quero chamar de ação autônoma àquela constituída de contrações/relaxamentos musculares que não são causadas por eventos mentais, mas apenas por um esforço neuromuscular automático ou reflexo. Embora essa seja uma característica necessária do que chamo de *ação autônoma*, ela não é certamente suficiente, pois se fosse assim a crise epilética e o roncar seriam ações. Precisamos, pois, encontrar uma outra condição para a ação autônoma, que a distinga desses últimos casos. Essa condição não é difícil de ser encontrada. Ela é a da existência de um propósito, de uma finalidade nas contrações/relaxamentos musculares. Trata-se, pois, do caráter *teleológico* das ocorrências musculares e corporais envolvidas; em todos os casos de ações autônomas podemos identificar claramente um propósito ou finalidade, geralmente fundada na necessidade de sobrevivência do organismo. Assim, as referidas ações do verme e da aranha têm como propósito a alimentação desses animais, o reflexo de apreensão (herança atávica de nossos antepassados que viviam nas árvores) tem a função de prender o bebê ao corpo da mãe, as atividades respiratória e cardíaca têm respectivamente os propósitos de oxigenação e vascularização do organismo, e assim por diante. Por outro lado, qual é o propósito dos tiques nervosos, das crises epiléticas, dos roncos? Aqui não encontramos nenhum caráter teleológico, nenhuma finalidade biologicamente fundada. Trata-se de desarranjos, disfunções, falhas dos organismos.

Antes de caracterizar a ação autônoma é necessário ainda dizer algo sobre os efeitos das contrações/relaxamentos musculares. Muitas ações incorporam efeitos que vão além das próprias contrações musculares e movimentos corporais, por exemplo, a construção da teia pela aranha, o levantamento do peso pelo halterofilista. Mas outras, como o acenar com o braço, não exigem isso. Isso não significa que elas não tenham a finalidade de produzir efeitos, mas que tais efeitos podem não ser causais ou limitar-se aos próprios movimentos corporais. Por isso podemos generalizar dizendo que todas as ações são teleologicamente voltadas para os seus efeitos, mesmo quando eles não vão

além das próprias contrações/relaxamentos musculares ou movimentos corporais que as constituem.

Entendendo como esforço autônomo uma atividade neuromuscular destituída de mentalidade, podemos caracterizar a ação autônoma da seguinte maneira:

1. Ação autônoma = contrações/relaxamentos musculares  
causados por um esforço autônomo  
com caráter teleológico.

A ação autônoma se distingue das que consideraremos adiante por não ser mentalmente causada. Contudo, veremos que algumas características desse nível basal de ação são repetidas nos níveis superiores de modo transformado, pois todos eles incluem movimentos musculares possuidores de uma base teleológica, que nos casos interessantes será descrita em termos intencionais.

### 3. Ações volicionais

A noção mais vasta de ação autônoma pouco nos serve, pois não estamos, como filósofos, preocupados em analisar a estrutura de ações como a do verme que sobe o trato intestinal, mas a do ser humano consciente. Queremos considerar casos como o da ação de acenar para alguém, de dirigir um carro, de pagar o imposto de renda. Essas ações se caracterizam por envolverem mentalidade, ou seja, as contrações ou relaxamentos musculares são causadas por acontecimentos mentais. Assim, se aceno para alguém pode ser por causa do meu *desejo* de me despedir da pessoa, se dirijo um carro deve ser por causa da minha *intenção* de ir a algum lugar, e se pago o meu imposto de renda deve ser, no mínimo, pela *razão* de que não quero ser penalizado com uma multa.

O problema com as ações mentalmente causadas consiste em identificar e classificar as suas estruturas de forma precisa. Aqui a nossa próxima distinção pode ser de alguma ajuda. Considere casos de ações mentalmente causadas, como a de alguém que decide pagar o seu imposto de renda, a de um camponês que planta no outono para colher na primavera, a de um marceneiro que faz uma escrivania. Essas ações/atividades são raciocinadas no sentido de que resultam de um processo de *deliberação racional*, de *silogismos práticos*. Elas são por isso geralmente chamadas de ações *raciocinadas*. Contudo, nem todas as ações mentalmente causadas resultam de um tal processo de pensamento. Considere o caso de um motorista que pára o carro diante do semáforo vermelho, ou de uma pessoa que cumprimenta outra, que tranca a porta da casa ao sair, que acende a luz ao entrar. Na maioria das vezes em que fazemos essas coisas não precisamos realizar nenhum raciocínio, nenhum cálculo deliberativo. Contudo, nem por isso essas ações se tornam autônomas, pois diversamente das últimas elas resultam de uma vontade e intenção conscientes. Elas não são nem raciocinadas nem autônomas, mas algo intermediário, que quero chamar de *ação volicional*.

Na distinção entre ação raciocinada e volicional podemos encontrar a diferença entre ações mais propriamente humanas e aquelas realizadas por animais. Primatas superiores, como chimpanzés e

orangotangos, são capazes de um certo grau de planejamento racional de suas ações. A importância dos famosos experimentos de Wolfgang Köhler com chimpanzés é que ele demonstrou que esses animais são capazes de ações raciocinadas. Eles são capazes de refletir sobre como resolver um problema – por exemplo, empilhando caixas uma sobre a outra para poder, subindo nelas, alcançar o alimento pendurado no teto – antes de realizar a ação<sup>3</sup>. Menos fácil é encontrar esse comportamento em um animal tão voluntarioso como o cão. Com efeito, o gato correndo atrás do rato, o rinoceronte macho perseguindo a fêmea, o galo cantando ao amanhecer, seriam casos puros de ações volicionais, pois parece óbvio que os movimentos corporais desses animais, embora causados por volições, desejos e mesmo intenções, não ocorrem em resposta a um planejamento racional.

Como caracterizar a ação volicional? Há duas condições essenciais. Uma é a da ocorrência de contrações (e)ou relaxamentos musculares (e)ou a manutenção de um mesmo tônus, geralmente revelados em movimentos corporais. A outra condição essencial é uma ocorrência volitivo-intencional que causa o movimento corporal e que geralmente o acompanha. Essa ocorrência foi diversamente chamada por filósofos de *o tentar*<sup>4</sup>, *o sentimento de agência*<sup>5</sup>, *a intenção na ação*<sup>6</sup>, *a intenção próxima*<sup>7</sup>... e será chamada aqui de *esforço da vontade*. Com efeito, a expressão ‘esforço voluntário’ parece-me no caso o candidato mais natural e apropriado, uma vez que ela faz diferença com a expressão ‘esforço involuntário’, que se refere à atividade nervosa causadora das ações autônomas como os batimentos cardíacos. Um problema que pode surgir para a adoção do termo ‘esforço’ no lugar de termos como o ‘querer’ ou a ‘intenção na ação’ é que enquanto os últimos parecem designar estados puramente mentais, o primeiro parece designar também algo físico, posto que o esforço parece ser sensorialmente perceptível. Mas isso é ilusório. O esforço da vontade possui natureza e intensidade exclusivamente mentais. Ele apenas aparenta ser sensorialmente experienciado, posto que somos usualmente informados acerca de sua eficácia pela sua retroalimentação através da experiência proprioceptiva das posições relativas dos membros, pela consciência cinestésica dos seus movimentos, por sensações de contração muscular, pressão, cansaço etc.<sup>8</sup>. Disso resulta uma impressão enganosa de que o esforço da vontade é também alguma coisa física (falamos, por outro lado, do esforço de calcular mentalmente, que é um esforço puramente mental de produzir um ato mental. Contudo, até mesmo esse último pode acompanhar-se de efeitos físicos perceptíveis. Bertrand Russell, por exemplo, relatou ter suspenso a respiração por quase um minuto quando se concentrava na solução de um problema lógico, voltando depois ofegante a respirar. Mas aqui se torna óbvio que tais efeitos não são parte do esforço).<sup>9</sup>

Juntando os conceitos de movimento corporal e de esforço, podemos caracterizar esquematicamente a ação volicional como se segue<sup>10</sup>:

2. Ação volicional = contrações/relaxamentos musculares  
intencionalmente causados por um  
esforço da vontade.<sup>11</sup>

A evidência a favor da tese de que a ação volicional é geralmente constituída de contração ou relaxamento muscular causado por um esforço voluntário é que quando consideramos uma coisa sem a outra não temos uma ação. John Searle tornou isso claro auxiliado por dois exemplos tomados respectivamente de William James e Wilder Penfield.<sup>12</sup> O experimento relatado por James é com uma pessoa com os olhos vendados e com o braço completamente anestesiado amarrado a uma mesa. O experimentador pede que ela levante o braço, em seguida lhe retirando a venda. A pessoa fica surpresa pelo fato de o seu braço não se ter levantado. Nesse caso, não dizemos que a ação tenha ocorrido, pois mesmo que tenha havido um esforço da vontade, confirmado pela ausência de retroalimentação negativa da parte do membro paralizado, não houve contração muscular nem movimento corporal. O outro caso é o relatado pelo neurocirurgião Penfield, que estimulando diretamente com eletrodos os cérebros de pacientes conscientes, foi capaz de fazer com que eles movessem o braço ou vocalizassem. Quando o neurocirurgião perguntava ao paciente se ele havia realizado a ação, ele invariavelmente respondia que não, que o próprio Penfield é quem a havia realizado. Com efeito, o paciente não realizava a ação, pois mesmo havendo contração muscular e movimento corporal, não era ele que se esforçava para levantar o seu braço, mas Penfield, por meio de uma ação instrumental.

Uma possível objeção à noção de ação volicional é que há muitas ações, como o ato automático de pressionar a letra ‘e’ ao digitar uma mensagem no computador, ou o de levantar a perna direita ao andar, nas quais o movimento corporal não costuma vir acompanhado de um elemento volitivo-intencional consciente. Em meu juízo essa objeção resulta de não se ter notado que não há uma fronteira fixa entre ação volicional e autônoma. Ações que inicialmente são intencionais, resultados de um querer consciente precedido ou não de deliberação racional, podem se transformar em ações autônomas, ainda que dentro do escopo consciente de uma atividade voluntária, como é o caso de se pressionar automaticamente a letra ‘e’ ao digitar uma mensagem. Com isso a mente tem liberado um maior espaço para outras funções e níveis de ação, sem deixar de, na independência disso, continuar exercitando e desenvolvendo as ações tornadas autônomas. Como veremos mais tarde, isso seria fundamentado pelo fato de que a ação volicional é uma adição evolucionária à atividade autônoma. Ela preserva certas características da última, como o fato de ser teleológica, embora a teleologia se faça aqui consciente ao ser tornada uma intenção.

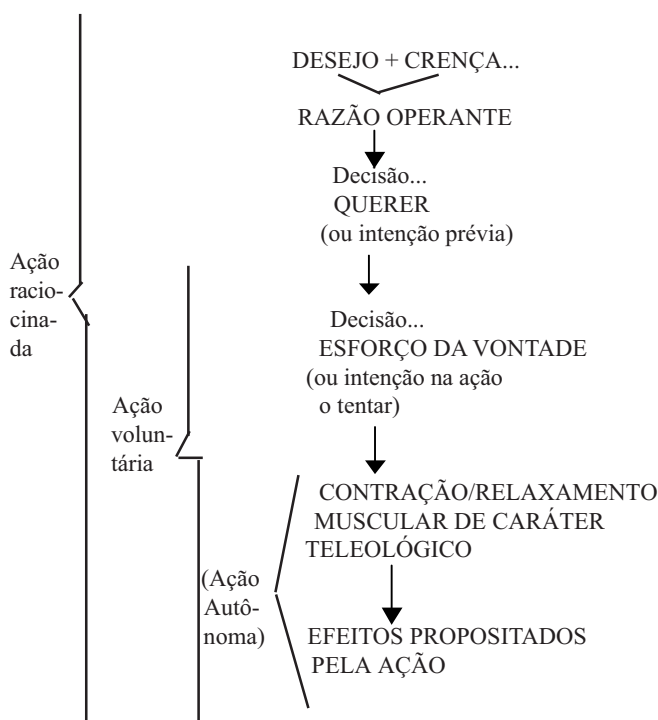
#### **4. Ações racionadas**

Como já vimos, além de volicionais, as ações mentalmente causadas podem ser também resultado de um processo de deliberação racional. Dizemos que um animal como a ovelha é capaz de ação voluntária, mas sentimo-nos pouco inclinados a atribuir-lhe racionalidade, devido à ausência de planejamento e controle conscientes. Minha ação de parar o carro diante do sinal vermelho não resulta mais de um processo de deliberação racional (embora possamos atribuir racionalidade a ela, como

ações em geral). Muito diferente, porém, é a atividade de um camponês que decide plantar sementes na primavera para colher no outono, ou do engenheiro de obras ao construir um edifício. Trata-se então, geralmente, não só de ações volicionais, mas também de ações que resultam de deliberação racional em um sentido que não é alcançado por outras espécies animais. Chegamos aqui a um terceiro e mais complexo nível de ação, que é o da *ação raciocinada*.

Para se entender o que é uma ação voluntária raciocinada, vejamos um exemplo típico. Digamos que amanhã seja o último dia para eu pagar o meu imposto de renda. A razão que me conduz à decisão de pagar é constituída (como as razões em geral) de um desejo adicionado a uma crença, o desejo sendo o de não ser multado, a crença sendo a de que se eu pagar até amanhã não serei multado. Sendo tal desejo e tal crença suficientemente fortes e não havendo conflito com outros desejos e crenças (ou seja, com outras razões), é de se esperar que a minha razão para me decidir a pagar o imposto de renda amanhã se torne *operante*, causando (pela chamada inferência prática) uma *decisão*, que nada mais é do que a emergência do meu *querer* pagar o imposto de renda amanhã (chamado por Searle de *intenção prévia*). Esse querer irá causar, a seu tempo, a emergência de um *esforço da vontade* (chamado por Searle de *intenção na ação* e por Brian O'Shaughnessy de *o tentar*), o qual produzirá e acompanhará as contrações/relaxamentos musculares e correspondentes movimentos corporais constitutivos da ação, juntamente com os efeitos intencionados outros, como o recebimento de minha declaração pelo fisco, os quais também pertencem a essa ação, posto que ela não seria efetivamente completada na falta deles.

Podemos apresentar os elementos de uma ação raciocinada do tipo descrito, em sua relação com seu componente volicional e a sua eventual realização como ação meramente autônoma, através do seguinte esquema ilustrativo:



Nesse esquema as setas indicam uma seqüência de relações causais, que começam com razões e terminam com movimentos corporais e os efeitos (que em alguns casos se identificam com os próprios movimentos corporais).

Sem ambicionar uma definição, podemos caracterizar esquematicamente a ação raciocinada como se segue<sup>13</sup>:

3. Ação raciocinada = contrações/relaxamentos musculares  
intencionalmente originados à luz de  
um processo de deliberação racional.

Dizemos que a ação raciocinada precisa ser intencionalmente e portanto teleologicamente originada *à luz* do processo de deliberação racional porque queremos garantir não só que o raciocínio causa o movimento corporal e, possivelmente, o efeito intencionado, mas que ele o causa adequadamente. E a única maneira pela qual o raciocínio pode fazer isso é indiretamente, através do querer e de um esforço da vontade de natureza inerentemente intencional. Por ser assim, uma outra caracterização da ação raciocinada é a que torna explícita a sua inevitável dependência de uma ação volicional:

4. Ação raciocinada = ação volicional adequadamente causada  
por um processo de deliberação racional.

Finalmente, assim como a ação volicional pode ser transformada em uma ação autônoma, a ação raciocinada também pode ser transformada em ação volicional, de modo a deixar espaço para a mente tratar de novos negócios. Podemos exemplificar isso lembrando o ato de pressionar a letra ‘e’ quando datilografamos um texto. Quem, ao iniciar um curso de datilografia, realiza a ação de pressionar a letra ‘e’, faz isso como uma ação raciocinada, pois é movido por uma deliberação racional constituída pelo desejo de digitar a tecla ‘e’ adicionado à crença de que ao apertar a tecla correspondente ao dedo médio da mão esquerda conseguirá realizar esse intento. Alguns dias mais tarde essa mesma pessoa, lendo a letra ‘e’, será capaz de apertar a tecla correspondente ao dedo médio da mão esquerda sem pensar no que deve fazer, por força apenas de sua vontade consciente e intenção de acertar. Aqui a mesma ação, que antes era raciocinada, já se tornou meramente volicional. Finalmente, no final do curso, tendo já se tornado uma exímia datilógrafa, a pessoa nem sabe mais quando aperta a tecla ‘e’. Ela já o faz mecanicamente, de forma não intencional, não-consciente. A ação volicional transformou-se em autônoma.

Podemos resumir as distinções semânticas que fizemos como resultantes de duas dicotomias. A primeira delas é entre (1) o nível das ações *autônomas*, que não depende da mente consciente, e (2) o nível das ações *mentalmente causadas*. A segunda dicotomia diz respeito apenas às ações mentalmente causadas, as quais se subdividem em (2a) ações *volicionais*, originadas apenas de



causação volitivo-intencional, e (2b) ações *raciocinadas*, originadas também de um processo de liberação racional. Elas são distinções de *sentido* e não de referência: é uma mesma ação – uma mesma ocorrência muscular – que pode dar-se em um nível autônomo, em um nível volicional ou em um nível também raciocinado. Finalmente, essas distinções são importantes porque nos permitem eliminar equívocos resultantes da confusão entre níveis de ação.

## 5. Bases filogenéticas

Um último ponto diz respeito ao fundamento biológico-evolucionário das distinções semânticas até aqui delineadas. Ao meu ver ele pode ser encontrado na teoria do *cérebro triúno*, desenvolvida pelo neurofisiologista Paul McLean<sup>14</sup>. Segundo essa teoria, não possuímos um único cérebro, mas três, que operam como três computadores biológicos interdependentes, cada qual representando um extrato evolucionário mais novo que se sobrepôs ao outro, como em um site arqueológico. Podemos chamar esses três sistemas de *arquiencéfalo* (*archipallium*), *paleoencéfalo* (*paleomamalian brain*) e *neoencéfalo* (*neopallium*). O arquiencéfalo é o cérebro primitivo, já existente nos invertebrados superiores. Ele corresponde no homem a estruturas como o bulbo raquideano e o cerebelo. Esse cérebro primitivo é mecânico, compulsivo e ritualístico, atendendo a funções autônomas como a da respiração, pressão arterial e sono. Ao arquiencéfalo veio a se sobrepor o paleoencéfalo, que já possui alguma forma de mentalidade e cuja estrutura característica foi batizada por McLean com o nome de *sistema límbico*. Ele é responsável por emoções e instintos relacionados à alimentação, luta, fuga, e pelo comportamento sexual. Vertebrados como répteis e pássaros possuem já paleoencéfalo, além do arquiencéfalo. O neoencéfalo, por fim, constituído pelo neocórtex e por alguns grupos neuronais subcorticais, forma os hemisférios cerebrais, sendo particularmente desenvolvido nos primatas e constituindo pouco mais de 80% do cérebro humano. O neoencéfalo é responsável pelos processos de raciocínio e pela consciência introspectiva. O neocórtex e o sistema límbico são vastamente interconectados, de modo que as funções cerebrais não são puramente límbicas nem puramente corticais.

Dados os três níveis de ação por nós distinguidos, e dada a teoria do cérebro triúno, as correlações se tornam evidentes: a ação autônoma (ao menos enquanto o sistema nervoso central está envolvido) deve encontrar o seu fundamento neurofisiológico no arquiencéfalo, a ação volicional no paleoencéfalo, e a ação racional no neoencéfalo, como mostra o esquema:

NÍVEIS DE AÇÃO:	BASE NEUROANATÔMICA:
AÇÃO RACIONAL ..... (causada por processo de deliberação racional)	NEOENCÉFALO (cérebro superior neomamífero)
AÇÃO VOLICIONAL ..... (causada por volições)	PALEOENCÉFALO (antigo cérebro mamífero)
AÇÃO AUTÔNOMA ..... (causada por descargas nervosas automáticas)	ARQUIENCÉFALO (cérebro reptiliano ou complexo-R)

O fundamento neurofisiológico e anatômico da ação autônoma geralmente se encontra no cérebro primitivo ou arquiencéfalo, sendo essa a razão pela qual ela não é consciente ou mental, embora nela se possa encontrar um caráter teleológico evolucionariamente fundado. Isso é válido de maneira genérica, pois em muitos casos (como o dos movimentos peristálticos ou dos batimentos cardíacos) há uma maior ou menor independência da atividade do sistema nervoso central. O segundo nível, da ação volicional, tem a sua base cerebral no paleoencéfalo, no sistema límbico e nas emoções/desejos/intenções nele originadas (as quais também devem depender do neoencéfalo, necessário à interpretação cognitiva da experiência). A ação raciocinada, por sua vez, depende predominantemente do neoencéfalo (embora inevitavelmente dependa também das emoções e desejos originados no paleoencéfalo).

A interdependência dos níveis de ação considerados encontra as suas bases biológicas na interdependência entre os três cérebros. A pressuposição da ação volicional pela ação racional, a existência do elemento comum de mentalidade entre ambas, e mesmo a tendência das ações em passar de um nível superior ao mais inferior, tudo isso se fundamentaria na hierarquização evolucionária dos três cérebros, um deles se sucedendo ao outro em uma divisão de trabalho possibilitadora da realização de tarefas cada vez mais variáveis e complexas.

## Notas

<sup>1</sup> Não obstante, como os movimentos corporais, no sentido mais amplo, são elementos essenciais a quase todas as ações, não é errado caracterizar a ação com base neles (embora contrações musculares sejam indispensáveis ao ato de acenar com o braço, por exemplo, os correspondentes movimentos corporais também o são).

<sup>2</sup> L. Wittgenstein: *Philosophische Untersuchungen* (Suhrkamp: Frankfurt 1983) I, seção 621. Trad. Bras. *Investigações Filosóficas* (Abril: São Paulo 1976).

<sup>3</sup> W. Köhler: *The Mentality of Apes* (Routledge and Kegan Paul: London 1973 (1921)).

<sup>4</sup> B. O'Shaughnessy: "Trying (as the Mental 'Pineal Gland')", *Journal of Philosophy* 70, 1973, pp. 365-86.

<sup>5</sup> A. Goldman: "Action", in S. Guttenplan (ed.): *A Companion to the Philosophy of Mind* (Blackwell: Oxford 1995), p. 120.

<sup>6</sup> John R. Searle: *Intentionality: an Essay in the Philosophy of Mind* (Cambridge University Press: Cambridge 1983), p. 84 ss. Ver também, do mesmo autor, *Rationality in Action* (MIT Press: Cambridge MA, 2001), cap. 2.

<sup>7</sup> A. R. Mele & P. K. Moser, "Intentional Action", *Noûs* 28, 1994, p. 46.

<sup>8</sup> Esse ponto foi notado por J. R. Searle com respeito a sua intenção na ação. Ver *Intentionality*, cap. 3.

<sup>9</sup> Contra o uso essencialmente psicológico do termo 'esforço' poderia ser alegado que falamos de um esforço "maior" ou "menor", ou mesmo de um "grande esforço", tendo em mente alguma coisa física. Mas aqui se esquece de distinguir entre o esforço físico e o esforço da vontade. Além disso, mesmo falando do esforço da vontade podemos considerar intensidades, como quando notamos a persistência de um estado intencional que não se deixou deter nem por acompanhamentos físicos muito desagradáveis. Claro que também dizemos que fazemos muitas coisas "sem esforço algum", mas parece-me um eufemismo; algum esforço há sempre. (Uma terminologia similar, também distinguindo entre esforço volicional e esforço físico já foi usada William James em *The Principles of Psychology* (Dover: New York 1950 (1890)), ver vol II, cap. XXVI, ver nota da página 562.)

<sup>10</sup> Não pretendo realizar aqui a exaustiva tarefa de definir o conceito de ação, mas apenas de caracterizar o que sejam os diversos níveis de ação pela explicitação de seus traços mais fundamentais.

<sup>11</sup> Contra a idéia, aceita por muitos autores, de que a ação é um composto psicofísico, constituído por um movimento corporal adicionado a sua causa mental, Ted Honderich apresentou bons argumentos no sentido de mostrar que a ação é mais propriamente caracterizável como um *movimento corporal*, ainda que mentalmente causado por uma intenção (ver seu livro *How Free are You? The Determinism Problem*, Oxford University Press: Oxford, 2002, cap. 5).

<sup>12</sup> J. R. Searle: *Intentionality*, pp. 89-90.

<sup>13</sup> Para uma análise do papel das razões na determinação da ação, ver R. Robert Audi, "Acting for Reasons", *Philosophical Review* 95, 1986.

<sup>14</sup> Paul D. McLean: *A Triune Concept of the Brain and Behaviour* (University of Toronto Press: Toronto 1973). Ver também Carl Sagan, *The Dragons of Eden* (Ballantine Books: New York 1977), cap. 3.